

**POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DE
MATRIZ AFRICANA**



CARTILHA

**Povos e Comunidades
Tradicionais de
Matriz Africana**



CARTILHA



2016 - Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais
Tiragem: **15.000** mil exemplares
Distribuição Gratuita

"A reprodução de todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos desde que citada a fonte".

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º e 9º andares

CEP: 70.054-906 – Brasília-DF

+55 61 2025-7000 / 7008

seppir.secomt@seppir.gov.br

www.seppir.gov.br

www.facebook.com/igualdaderacial.br





PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

**SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

Luislinda Valois

**SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Renata Melo Barbosa do Nascimento

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO:

José Pedro da Silva Neto,
consultor PRODOC PNUD BRA 13/020

REVISÃO:

Carolina Carret Höfs
Desirée Ramos Tozzi
Fernanda Martins

COLABORADORES:

Aulo Barretti Filho
Buda de Bobossa
Júlio Santana Braga
Makota Valdina Oliveira Pinto
Muniz Sodré
Paulo César Pereira de Oliveira
Regina Nogueira
Silas Nogueira
Silvany Euclênio
Tião Soares
Wilma Piedade
Wanderson Flor do Nascimento.



SUMÁRIO

Apresentação - pg. 01

Povo, Tradição, Território e Ação Política

De quando os africanos foram trazidos para o Brasil - **pg. 06**

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana - **pg. 07**

As tradições vindas de África e sua permanência no Brasil - **pg. 08**

Origens e Tradições - **pg. 09**

Ancestralidade e Oralidade - **pg. 11**

Territórios Tradicionais - **pg. 12**

Visgo para Combater o racismo - **pg. 17**

INTERFACES DAS CULTURAS TRADICIONAIS PARA DIALOGAR COM O ESTADO - pg. 19

CULTURA:

Matriz Transversal - **pg. 21**

SAÚDE E ALIMENTAÇÃO:

Magia Por Si Só Não Enche Barriga - **pg. 25**

Bibliografia - pg. 29





APRESENTAÇÃO

Matu kana malevele ka malendi luta ntu ko
"Por mais compridas que sejam, as orelhas não podem ultrapassar a cabeça"
Provérbio Bantu

O artigo 3º, inciso I, do Decreto 6.040/2007 define como Povos e Comunidades Tradicionais os "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Em todo o território tradicional, nos chamados "terreiros" ou "roças" são vivenciados valores de organização coletiva e tradições, incluindo a relação com o universo sagrado oriundo de diferentes contextos culturais africanos. As práticas tradicionais de matrizes africanas reafirmam a dimensão histórica, social e cultural dos territórios negros constituídos no Brasil do qual a religiosidade e religião – relação com o sagrado – são algumas de suas facetas são também amparados pelos princípios que regem o decreto nº 6040/2007, art. 1º, inciso I: "(I) reconhecimento das comunidades tradicionais, levando-se em conta os recortes raciais, de gênero, [...] e religiosidade e ancestralidade".

Em 2013, foi lançado o "Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana", resultante de um esforço para integrar e ampliar as ações no âmbito do Governo Federal para esses povos e comunidades. O Plano foi coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPP/PR em parceria com os seguintes órgãos do governo federal: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Cultural Palmares, Secretaria de Direitos Humanos e Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária. As iniciativas e metas estão distribuídas por três eixos estratégicos: (i) Garantia de Direitos, (ii) Territorialidade e Cultura e (iii) Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, num total de 10 (dez) objetivos, 19 (dezenove) iniciativas e 56 (cinquenta e seis) metas.

Esta cartilha tem o objetivo de informar e quebrar estereótipos sobre os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e orientar a implementação de programas e políticas públicas, fomentando o debate em torno deste segmento da população brasileira. O conceito de Povos Tradicionais de Matriz Africana, aqui posto, baseia-se na histórica luta de movimentos e lideranças tradicionais de matriz africana, subsidiado a partir de discussões feitas entre a sociedade civil entre 2011 e 2014.

O material utilizado para a construção desta Cartilha foram os relatórios e transcrições dos seguintes eventos:

- ***Seminário "Territórios das matrizes africanas no Brasil - Povos Tradicionais"***

(2011);

- *IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, MDS (2011);*
- *Oficina de Trabalho "Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" (2012);*
- *Reunião de trabalho com Lideranças Tradicionais de Matriz Africana (2012);*
- *Plenária preparatória dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2013);*
- *III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2013);*
- *III Conferência Nacional de Cultura, MinC (2013);*
- *Seminário Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2014), sobre o conceito de Povos Tradicionais de Matriz Africana e da relação dessa população com o Estado brasileiro na perspectiva do acesso às políticas públicas e da promoção da igualdade racial para a superação do racismo apresentamos os artigos que seguem.*

Ao longo destes encontros, lideranças tradicionais de matriz africana discutiram sobre o conceito de povo, tradição e território à luz das rupturas e permanências das culturas banto, éwé-fon e yorubá no Brasil, e aqui, pretendemos que suas vozes sejam lidas junto a uma vasta bibliografia (documentos do Governo Federal, Marcos Legais e bibliografia de intelectuais que também participaram das discussões).



POVO, TRADIÇÃO, TERRITÓRIO E AÇÃO POLÍTICA

**De quando os africanos foram trazidos
para o Brasil**

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana

**As tradições vindas de África e sua permanência
no Brasil**

Origens e Tradições

Ancestralidade e Oralidade

Territórios Tradicionais

Visgo para Combater o racismo

"[...] a violência é a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro".

Jurandir Freire da Costa

De quando os africanos foram trazidos para o Brasil

O tráfico de pessoas escravizadas de África para o continente americano começou em 1545, quando Martin Ferreira estabeleceu comércio na África. Em 1550, os espanhóis fizeram das terras conquistadas na América suas colônias, o que pediu o rápido desenvolvimento do tráfico de pessoas para atender suas demandas econômicas. A partir de 1580, mercadorias da Europa eram trocadas por pessoas escravizadas em África, sequestradas de diferentes partes do continente. Entre os séculos XVI e XIX, chegaram vivos às Américas aproximadamente 11 milhões de negros africanos escravizados, originários de diversas regiões do Continente. Somente para o Brasil foram trazidos cerca de 5 milhões de pessoas (*Alencastro, 2000*), de origem bantu, ewé, fon, yoruba, ijexá, egbá, egbadó, savé, *Quicongo, Quimbundo, Nbundo, Haussás, Mande, Fulas* e de outros povos e segmentos étnicos, o que explica a diversidade de idiomas e tradições preservadas nos territórios tradicionais de matriz africana no nosso país.

1	Da Guiné	Séc. XVI - 1.550 A 1.580
2	Do Congo e Angola	Séc. XVII - 1.580 a 1.650
3	Da Costa da Mina	Séc. XVII/XVIII - 1.650 a 1760
4	Do Golfo do Benin	Séc. XVIII/XIX - 1.770 A 1.850/88

Quadro Sinóptico A produzido a partir de VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo Do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. Editora Corrupio, 1987.

Pierre Verger (1987) dividiu em quatro fases o fluxo de negros da África para a Bahia entre os séculos XVI e XIX, usando os nomes das regiões africanas das quais procediam os escravizados. No entanto, não podemos falar em datas de início e fim absolutos do comércio de pessoas de determinada região ou das viagens para esse fim, lembrando que no último período, o Ciclo do Golfo do Benin, o tráfico de pessoas já era considerado ilegal.

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana

O significado do que são os Povos Tradicionais de Matriz Africana se sustenta na história. Povos em luta desde a diáspora e a escravização; povos com cultura de origem identificável cronológica e geograficamente e, cujas trajetórias, incluindo perdas e desaparecimentos tanto quanto resistência e renovação, preservam, inventam e reinventam sua tradição, sua fonte de saber e sua identidade. Povos em luta.

"Assim sendo, no processo de elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, no diálogo que mantivemos com o Governo e outras lideranças de Matriz Africana, desde dezembro de 2011, algumas expressões e conceitos foram se materializando e estão presentes no documento, segue algumas: Povos Tradicionais de Matriz Africana referindo ao conjunto dos povos africanos para cá transladados e as suas diversas variações e denominações originários dos processos históricos diferenciados em cada parte do país em relação com o meio ambiente com os povos locais" (Makota Valdina)

As tradições vindas de África e sua permanência no Brasil

Os Povos Tradicionais de Matriz Africana não se constituem em uma unidade homogênea, mas em uma diversidade integradora. Passamos a descrever alguns elementos que caracterizam os três grupos em maior número no território brasileiro – *bantu*, *fon* e *yorùbá* – não só a partir das divisões dos grupos linguísticos e seus espaços geográficos, mas também a partir de macro padrões culturais, socais, rituais, estéticos e plásticos, alimentares e performáticos.

Bantu - "Nome dado a um conjunto de aproximadamente 500 línguas comprovadamente aparentadas, como também aos povos que falam essas línguas. Os povos bantos vivem numa extensa área do continente africano que vai desde a República dos Camarões até à África do Sul. Dessa região da África sub-equatorial [...], entre esses, destacam-se os congos, angolas, cabindas, benguelas e tantos outros que tiveram papel saliente na criação da religião afro-brasileira, especialmente dos

Fon - "Mas, na verdade, o termo 'jeje' parece ter designado originariamente um grupo étnico minoritário, provavelmente localizado na área da atual cidade de Porto Novo, e que, aos poucos, devido ao tráfico, passou a incluir uma pluralidade de grupos étnicos localmente diferenciados. Trata-se, portanto, de uma outra denominação metaétnica (PARÈS, 2006: 30). O linguista Beninense Olabiyi Yai, em conversa, nos

Yorùbá - "grupo étnico que hoje, na sua grande maioria se concentra na Nigéria, em menor parte no atual Benim (antigo Daomé) e em sua minoria no Togo e em Gana, todos na África Negra. O grupo étnico yorùbá, é subdividido em vários subgrupos tais como os: Kétu, Ôyó, Ijèsà, Ifè, Ifòn, Ègbá, Èfòn, etc. Esses deram origem na diáspora à religião dos Òrìshà. "O termo yorùbá," aplica-se a um grupo linguístico de vários milhões de indivíduos. Além da linguagem comum, os yorùbá estão unidos por uma mesma cultura e tradições de sua origem comum, na cidade de Ilé-Ifè. É duvidoso que, antes do século XIX,

candomblés denominados angola e congo-angola. [...] foram, na maioria, levados às plantações em diferentes regiões, principalmente para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais. Contudo, não se pode subestimar a significativa contribuição desses povos na construção de uma religiosidade afro-brasileira a partir da Bahia, especialmente com o deslocamento de sacerdotes para a região meridional a partir do século XX."

asseverou que ainda hoje existe um pequeno grupo no Benim que se autodenomina jeje. No Brasil o termo é usado para designar os grupos religiosos que cultuam os Voduns. A rigor, a tradição religiosa, no Brasil denominada jeje e seus correlatos, jeje-mina, jeje, mahi, jeje savalu, jeje-mundobi, faz referência direta aos povos Fons, os Fons-gbe, isto é os falantes da língua fon na atual República Popular do Benim."

eles se chamassem uns aos outros por um mesmo nome." (S. O. Biobaku). Antes de se ter conhecimento do termo "yorùbá", livros e mapas antigos, entre 1656 e 1730, são "unânicos" em chamar esses povos de Ulkumy. Em 1734, o termo "Ulkumy" desaparece dos mapas e é substituído por Ayo ou Eyo, para designar os do império de Ôyó. O termo "yorùbá", efetivamente, chegou ao conhecimento do mundo ocidental em 1826. Parece ter sido atribuído pelos haussá exclusivamente ao povo de Ôyó".



. Foto: Cláudio Zeiger/2009.[Festival de Sàngó, Oya e Obà do Ilé Àse Palepa Mariwo Sesu – SP]

Origens e Tradições

A tradição para os Povos de Matriz Africana é entendida "não como uma fixação no passado ou a elementos anacrônicos, mas sim como 'lugar que se ritualiza a origem e o destino, ou seja, tradição como ritualização da origem de todos', ressaltando que 'nem todos ritualizam' origens e destino".

É importante a gente manter as tradições dos mais velhos, mas entender que também nós precisamos dos mais novos para dar continuidade na nossa luta"(Doné Kika de Becen)

A tradição está intimamente ligada ao conceito de àsèsè, origem e passagem, contido nesse cântico usado pelo povo yorùbá nos ritos de morte, significando o retorno à própria origem" (Paulo Cesar Pereira de Oliveira).

Ìyá mi, àsèsè!

Bábà mi, àsèsè!

Olódùmarè un mi àsèsè o!

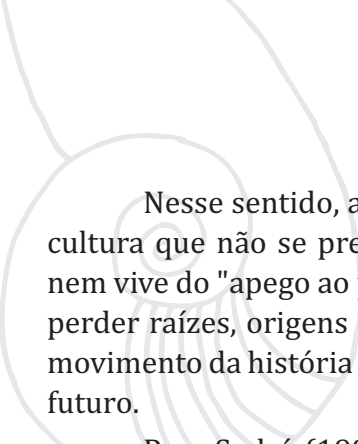
Ki Ntoo bọ̀ Orìṣà à è.

Minha mãe é minha origem!

Meu pai é minha origem!

Olódùmarè é minha origem!

Portanto, adorarei as minhas origens.



Nesse sentido, a tradição é um aspecto vivo da cultura que não se prende de forma fixa ao passado nem vive do "apego ao passado", mas o reinventa sem perder raízes, origens e sem perder a perspectiva do movimento da história na construção do presente e do futuro.

Para Sodré (1988), a origem das tradições de matriz africana não tem início cronológico, mas, sim, o "eterno impulso inaugural da força de continuidade do grupo.

A ritualização da origem e do pertencimento dos povos tradicionais de matriz africana se dá naqueles lugares conhecidos no Brasil como "terreiros" ou "roças", por meio de vivências, de práticas e construções simbólicas. Pensando e vivenciando o presente, essas práticas apontam para o futuro da existência ao mesmo tempo em que, sem cortar o fio histórico e condutor, remetem à ancestralidade e à origem.

Ancestralidade e Oralidade

Quando foi negado ao escravizado "falar" sua língua, negaram-lhe sua cultura. Para os povos tradicionais de matriz africana, a palavra é uma força vital e fundamental, pois é o enunciado oral, é uma exteriorização de forças vitais e o resultado da integração de forças vitais das pessoas.

Pela oralidade, transmite-se a essência do ser, o *ìwà*, em yorubá, que são características e qualidades que a pessoa possui ou pode vir a adquirir em sua vida. É também destino, que surge dos procedimentos diários da pessoa no *àiyé*, as virtudes e as peculiaridades que regem sua norma de conduta, consigo e com a sociedade, favorecendo ou não as oportunidades que surgem em sua vida.

Para as tradições africanas, há momentos no qual a unidade deve ser evocada, na tentativa de escapar das armadilhas do disperso e do desunido que empobrecem. E há momentos no qual a diversidade deve ser evocada quando a homogeneização, armadilha do mesmo e do único, empobrece. Tal como ensina um ditado banto – originário de Cabinda: "não há floresta boa com um tipo só de árvore".

O humano é significado pelo princípio banto do '*ntu*', no qual a existência do indivíduo se dá no coletivo. O pertencimento e a capacidade de entendimento e aceitação dos processos vividos no espaço tradicional passam pelo domínio da língua e das linguagens corpóreas, rítmicas e musicais e oferece as condições para a valorização e o reconhecimento da identidade dos povos tradicionais de matriz africana.

Língua, representações e práticas, mesmo que visceralmente associadas à sobrevivência, não se limitam a valores econômicos, se entendido economia no sentido ocidental da palavra. Para a concepção negra, é a ampliação dos valores que dará conta de explicar o ser na sua integridade. Essa mesma ampliação que tornará possível a construção dos elementos da identidade, as referências que passam necessariamente pela ancestralidade, composta pelos mitos fundadores, pelos arquétipos humanizados ou divinizados que integram a história e revitalizam, com energia e conhecimento, o presente. Essas mesmas construções se territorializam porque prescindem das trocas presenciais, trocas essas que não se restringem a valores de troca, valores medidos em objetos de utilidade prática e imediata (OLIVEIRA, 2011).

Territórios Tradicionais

(...) Foram e ainda são quilombos as comunidades de terreiro que ao longo da história do negro no Brasil mostraram ter sido o lócus de engendramento por suas características especiais de útero mítico, que possibilitou a reaglutinação dos elementos fundamentais para a manutenção do negro enquanto grupo e cultura. (SODRÉ, 1988, p.56)

Os terreiros se constituem espaços de busca do sentido de pertencimento. Embora tenham recebido diferentes denominações a depender da região do país, prevaleceu em todos esses territórios tradicionais de matriz africana, "um conjunto organizado de representações litúrgicas" que tornam esses espaços/terreiros "territórios político/mítico", lugares de resistência, transmissão de conhecimentos e preservação de identidades. Os terreiros se tornaram ao longo das décadas lugares privilegiados de manutenção, construção e reconstrução tanto da tradição quanto de sua identidade religiosa, considerando que, no caso dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, o vínculo entre essas duas esferas é intrínseco e indissolúvel.

Os territórios, terreiros ou roças, são espaços de alta complexidade, por serem onde se ritualizam origem e destino e onde tomam forma a cultura, as representações e os valores ancestrais.

"Nessa qualificação dos espaços negros, a primeira referência colocada para o pensamento, tanto no aspecto concreto quanto na forma de categoria analítica, é a Terra. Dela partem as noções antigas e contemporâneas de territórios e de terreiros ou roças. Para as culturas originárias e ancestrais africanas, só se concebe a terra como parte do cosmo. E, como tal, necessariamente ligada a uma cosmogonia que lhe confere valores e significados completamente distintos das concepções ocidentais mesmo aquelas que conseguem atingir a dimensão dos estudos do espaço sideral de forma mais avançada e menos ortodoxa" (OLIVEIRA, 2011).

"Nosso corpo é nossa terra. Uma árvore e eu somos a mesma coisa" (NOGUEIRA, 2015)

Os territórios tradicionais, ou os terreiros, nos ensinam a não separabilidade da dimensão do sagrado das outras dimensões da vida da pessoa e da comunidade. São espaços de mediação entre o material e outras manifestações de vida, entre diferentes indivíduos e diferentes naturezas, entre todos e o cosmo.

Trata-se, na visão africana, de uma dimensão que, se dialoga com o sagrado e a metafísica, não exclui de maneira alguma os aspectos físicos, quantitativos concretos e energéticos que permitem a compreensão filosófica a partir também, mas não só, da experiência, incluindo tanto a experiência concreta, verificável, quanto a experiência sutil e etérea do sagrado ou do segredo, em uma aproximação que torna o sentido mais acessível a um número maior de pessoas. A ki gbo ikú ile a fibi oba a ("Não se tem má notícia da terra, ela não morre") (OLIVEIRA 2011).

O conhecido provérbio yorùbá, *Kosi Ewé, Kosi Òrìṣà* "sem folha não existe Orixá" sintetiza a complexidade do lugar da terra na vida do povo africano. "Folha", a despeito de toda sua importância para as culturas africanas no Brasil, representa a manifestação material da vida e a própria terra.

Assim, se a floresta, o rio, a montanha, homens e animais integram a terra na sua totalidade, tanto como frutos quanto partes inseparáveis, os valores ancestrais unem o que seria o biológico, o visível e palpável da experiência, ao transcendente, ao invisível, mas que se manifesta também na forma de energia (àṣe, ngunzu, força) na experiência do sagrado que, por sua vez, não se desassocia do real concreto (Oliveira 2011).

Como espaço existente ao mesmo tempo no campo físico e no imaginário. A diáspora, a escravização e as muitas outras violências e violações estão na base do processo de desterritorialização e desconstrução de referências e identidades desses povos nas Américas.

O enfrentamento das violências, que incluíam a destruição das relações comunitárias e de parentesco e as formas de solidariedade exigiu do povo negro a criação de espaços para as tentativas de recriação e revitalização do universo cultural violentado e fragmentado, para a retomada do contato mítico e místico com a matriz, com a origem, com a África, origem tanto geográfica quanto simbólica, fonte do existir original, tomada então como espaço existente ao mesmo tempo no campo físico e no imaginário.

Os espaços que expressam "essa forma social negro-brasileira" foram e continuam sendo fundamentalmente os terreiros, as roças, as casas de tradição, que passam a ser então, como afirma Sodré (1988), "uma África qualitativa que se faz presente, condensada, reterritorializada" em espaços construídos em diferentes localidades, inicialmente, durante a vigência da escravidão, mais afastados das áreas

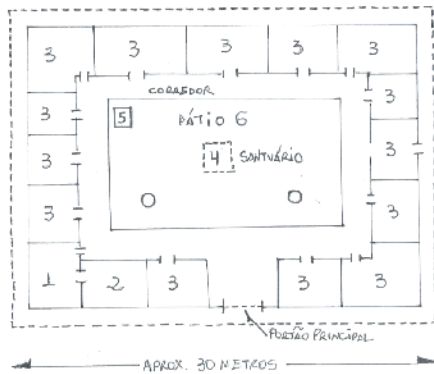


Foto: Fernanda Procópio/2013.[Preparo do acarajé e assepsia tradicional das folhas de mamona no Ilé Àse Palepa Mariwo Sese - SP]

urbanas e depois em todo local onde fosse possível, tomando as cidades, vilas, bairros, sítios. Fala-se em "África qualitativa" para expressar a dimensão tanto territorial quanto cultural desses terreiros pois, "pouco importa (...) a pequenez (quantitativa) do espaço topográfico do terreiro, pois ali se organiza, por intensidades, a simbologia de um Cosmos" (idem). E por reproduzir por diferentes formas uma mesma Cosmologia, o espaço/terreiro é também metafórico e sintético na medida que nele se "realizou um fenômeno de condensação do rito", sínteses, recriações, adaptações de um universo fragmentado pela repressão profunda e pelas divisões operadas pelo escravismo, separando pessoas de uma mesma etnia, comunidade e até de uma mesma família.

Ao resistir em territórios específicos, denominados terreiros, receberam diferentes nomes: seitas, cultos e, por último, apenas como prática religiosa, e estas nomenclaturas foram sendo absorvidos em cada geração.

Para os meus antepassados, não importava como chamavam eles. O importante é que, como todo povo que migra, mas de forma absoluta, neste território foi constituído o espaço sagrado, cultural, de ensino, de cura e de manutenção econômica (NDANALAKATA, 2013, comunicação oral).



AKÓDI

1. CASA, SALA OU QUARTO DO HOMEM DA CASA.
2. CASA, QUARTO OU SALA DE VISITA.
3. CASAS OU QUARTOS PARA ESPOSAS E FILHOS.
4. SANTUÁRIO / IBI ORISÀ
5. DISPENSA OU CELEIRO
6. PÁTIO EXTERNO / AGYDALA



Desenho: Àkòdí- Casa Tradicional, desenho de Inatobi 2016

Negar este espaço como território de um povo é uma forma de não reconhecer as sociedades africanas como modelos civilizatórios que contêm uma economia possível de sobrevivência e também de desconsiderar as relações autônomas de sustentabilidade, e de impôr um modelo externo de exploração da natureza como única via possível (ALVES & CARVALHO, 2008).

Os territórios negros são essenciais para a identidade, a preservação da cultura e a resistência do povo negro ao longo da história e são peças-chaves para a elaboração das políticas públicas em âmbito nacional.

Nesse sentido, pode-se fazer uma referência direta ao decreto n. 6.040, de fevereiro de 2007, da Casa Civil da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No seu artigo 30, parágrafo II, ao referir-se a Territórios tradicionais, no que tange ao povo negro e a sua cultura, o decreto indica apenas os territórios quilombolas. Essa redução ignora a amplitude dos territórios negros, definidos também a partir de valores ancestrais e não contempla uma infinidade de espaços, urbanos e rurais, que não se enquadram na definição corrente de quilombolas, mas que são tradicionais na medida em que cultivam e preservam tradições, valores culturais e ancestrais. Redefinir o conceito de territórios

tradicionais se torna, portanto, urgente sob a pena de se excluir parcela significativa da população negra das políticas de desenvolvimento e demais planos de políticas públicas de caráter nacional. (Idem)

Até a presente data, o conjunto material e imaterial da cultura de origem africana preservado e recriado nos terreiros é identificado como "patrimônio material e imaterial" à "memória coletiva" de um grupo, de um povo e contam com algumas ações das políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio.

As referências ancestrais africanas, presentes nos territórios que garantem as construções identitárias do "sujeito singular" como parte de uma continuidade histórica". Sem fontes e referências, a constituição do "si mesmo" torna-se por demais difícil e confusa, quando não impossível, inviabilizando as relações de conhecimento e reconhecimento de si e "do outro".

Comprometidamente, busca-se aqui perspectivas afro-centradas e os valores das culturas africanas presentes em praticamente todas as culturas dos países que vivenciaram a escravidão moderna, como o caso do Brasil e que, de certa forma, são capazes de compor alguma unidade dessas culturas em que pese todos os esforços para suas fragmentações e destruição.

É justamente a mediação, a ampliação do espaço para outros aspectos e sentidos da existência que dão significado e sentido para as diferentes manifestações da vida. Uma mediação que inclui o cosmo e o outro, o próximo, o dotado de possibilidades de ações e de respostas. Nisso reside o significado de "humano", de ntu, do povo bantu: "Eu sou porque você me reconhece", ou seja a valorização do coletivo. O entendimento e a aceitação desses processos, que passam pelo domínio da língua e das linguagens corpóreas, rítmicas e musicais oferece as condições para a identificação, para o reconhecimento da identidade. (OLIVEIRA, 2011)

Visgo para Combater o racismo

As complexidades inerentes às culturas e povos tradicionais de matriz africana foram preservadas e continuamente reconstruídas, mas hoje correm riscos de toda ordem de perdas. O racismo, a violação de direitos, a discriminação religiosa, incluindo sistemática difamação pela *mídia*, as dificuldades financeiras, o desenfreado e agressivo avanço imobiliário colocam em risco a existência e a continuidade de um "patrimônio material e imaterial" construído ao longo dos séculos da história desses povos e do próprio país.

O enfraquecimento e mesmo o desaparecimento dos territórios implica, além de violência contra a humanidade e contra a própria história, na perda de um universo que é potência, é força e que é capaz de contribuir efetivamente para a criação de alternativas e condições de enfrentamento das crises que ameaçam as sociedades contemporâneas baseadas hegemonicamente nos parâmetros políticos e filosóficos ocidentais. As características dos territórios resumidas aqui indicam objetivamente que esses "lugares" das culturas de matriz africana têm elementos e respostas para formas destrutivas e violentas inerentes ao tipo de desenvolvimento predador, alienante e desigual.

Com essas características, os terreiros são fonte primordial da identidade do povo negro nas complexas sociedades contemporâneas. Na sua amplitude e plenitude de ação, os territórios são importantes instrumentos de saúde pública, tanto no que refere à sanidade do corpo quanto da mente e do meio ambiente.

" Essa condição, pela capacidade de enfrentamento da negação da existência e das referências psicossociais, confere aos terreiros a qualidade de agentes sociais construtores de sujeitos, individuais e coletivos que se afirmam com capacidades de embate e resistência aos processos alienantes e empobrecedores da condição humana. São fontes de pensamento e ações saudáveis que atuam diretamente na saúde mental no âmbito individual ou coletivo. São fontes para o combate humano e inteligente ao uso desmedido de drogas, à adesão aos processos violentos oriundos das desigualdades, do racismo e das diferentes formas da exclusão social". Silas Nogueira

A relação com o sagrado é um dos elementos que constituem a complexa dimensão do conceito de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Olhar para os grupos sociais contemplados por essa definição para além de seu caráter religioso, é de extrema importância na construção das políticas públicas.

Entender esses diferentes grupos como pertencentes a povos e comunidades tradicionais, com diferenciadas visões de mundo, cultura, modos de fazer, valores,

cosmologias, relações com ancestralidade, torna-se ainda, fundamental para o real enfrentamento ao racismo, já que a expressão intolerância religiosa não dá conta do grau de violência que incide sobre os territórios e tradições de matriz africana. Esta violência constitui a face mais perversa do racismo, por ser a negação de qualquer valoração positiva às tradições africanas, daí serem demonizadas e / ou reduzidas em sua dimensão real.

Desde dezembro de 2011, a SEPPPIR, por meio de sua Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, criou espaços e instâncias de diálogo envolvendo lideranças tradicionais e instituições parceiras, que culminaram na elaboração do I Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Além disso, nesses espaços, foram discutidos e construídos os muitos conceitos identitários, do qual o de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, foi sendo fortalecido como paradigma para a elaboração de políticas públicas.

Povos Tradicionais de Matriz Africana

O conjunto dos povos africanos para cá transladados, e às suas diversas variações e denominações originárias dos processos históricos diferenciados em cada parte do país, na relação com o meio ambiente e com os povos locais.

Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

Territórios ou Casas Tradicionais - constituídos pelos africanos e sua descendência no Brasil, no processo de insurgência e resistência ao escravismo e ao racismo, a partir da cosmovisão e ancestralidade africanas, e da relação desta com as populações locais e com o meio ambiente. Representam o contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.



*Desenho: Egungun por Inatobi
inspirado em foto de Pierre Verger 1954.*

Autoridades Tradicionais de Matriz Africana

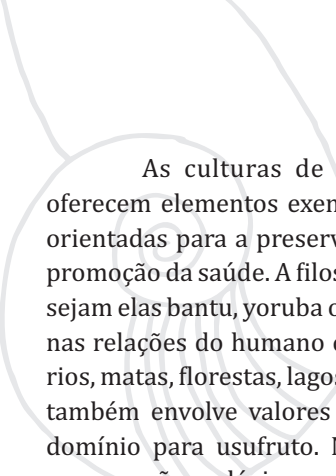
São os mais velhos, investidos da autoridade que a ancestralidade lhes confere.

Lideranças Tradicionais de Matriz Africana

São as demais lideranças constituídas dentro da hierarquia própria dos territórios e das casas tradicionais.

**INTERFACES DAS CULTURAS
TRADICIONAIS PARA DIALOGAR
COM O ESTADO**





As culturas de matriz africana preservadas nos territórios oferecem elementos exemplares para a elaboração de políticas públicas orientadas para a preservação do meio ambiente, a difusão da cultura, a promoção da saúde. A filosofia das culturas tradicionais de matriz africana, sejam elas bantu, yoruba ou ewe-fon, baseia-se nos elementos primordiais, nas relações do humano com o universo manifesto na forma de oceanos, rios, matas, florestas, lagos. Uma relação que não se resume ao uso mas que também envolve valores que vão muito além da troca predatória e do domínio para usufruto. Nesse sentido, todo território é um centro de preservação ecológica.

São também "escolas" ou centros de saberes capazes de ultrapassar o ensino tradicional e oferecer um aprendizado que busca o desenvolvimento integral, humano, completo, um desenvolvimento que não visa o mercado, mas sim a plenitude da vida. A lide com as diferentes formas de expressão, música, dança, expressões lúdico-corpóreas fornecem à criança e ao adulto as condições para o desenvolvimento tanto dos sentidos, do raciocínio e de ordenamento do pensamento quanto do próprio corpo, instrumento de manifestação da vida na sua inteireza.

Como centros de saberes, os territórios, em suas formas tradicionais de ensino e transmissão de conhecimento, são, por excelência, os lugares de preservação das diferentes línguas de matriz africana que aqui chegaram com a diáspora. Entendidas nos seus significados amplos, as línguas trazem em seus bojos a própria cultura, o universo simbólico, imaterial, onde passado, presente e futuro tramam a existência sustentada em valores e princípios.



CULTURA: MATRIZ TRANSVERSAL





Foto: Felipe Torres/2012.

Quais são as interfaces entre os povos tradicionais de matriz africana e a cultura negra no Brasil? Como debater uma produção cultural tão complexa, de difícil definição?

A escravidão, o preconceito, o racismo e o reducionismo construíram, ao longo do tempo, uma cultura negra baseada em duas grandes máximas. Uma que busca a "pureza" africana, indícios de um passado mítico que dificilmente será encontrado. Outra que mistura, reconfigura e altera a cultura dos povos tradicionais de matriz africana, a partir do olhar da diversidade, incorporando assim, elementos notadamente de outros grupos culturais.

Neste contexto, há uma grande complexidade em definir o que é ou não cultura negra. O que podemos é definir alguns padrões perfeitamente aplicáveis no Brasil. Um primeiro padrão, quando aceitável, é aquele que divide os povos tradicionais de matriz africana nas chamadas nações. A partir de divisões dos grupos linguísticos *yorùbá*, *fon* e *bantu* e seus espaços geográficos, o candomblé foi diferenciado respectivamente em três macro-nações: *kétu*, *jeje* e *angola*. Hoje, compreendemos que estas divisões podem ser estabelecidas não só pelos aspectos linguísticos e geográficos, mas também por macro-padrões rituais, estéticos e plásticos, alimentares e performáticos.

Podemos então dizer que a cultura criada nos territórios dos povos tradicionais de matriz africana no Brasil e levada para fora desse espaço – a rua, a praça, o mercado, a casa de show, o teatro – também pode ser identificada a partir destas divisões, destas filiações.

Os povos tradicionais de matriz africana historicamente levaram para a rua indícios do sagrado, signos reconfigurados de objetos litúrgicos, vestimentas, músicas, cânticos, danças, alimentos. O samba e suas várias vertentes (o jongo, o samba de roda do recôncavo da Bahia, o samba rural paulista, o samba carioca, o batuque de umbigada, o carimbó do Pará, entre outros) têm sua principal matriz nos povos tradicionais de matriz africana *bantu*.

Os Maracatus de Pernambuco, por exemplo, já foram chamados de candomblés de rua, e dentre inúmeros indícios em sua performance temos a calunga, boneca negra vestida com peruca e roupas europeizadas que possui no seu interior elementos mágicos dos povos tradicionais de matriz africana recifenses. Os Bumbá do Maranhão, dentre outros vários elementos, contam com o Cazumbá, personagem mascarado representando a fusão dos espíritos dos homens e dos animais. O afoxé liga-se aos povos *yorùbá*. Os Afoxés de Salvador, Recife e Rio de Janeiro foram durante muito tempo também conhecidos como candomblés de rua, quando com seus *ilù* (atabaques), *agogo* (agogôs), *sèkèrè* (xequerês) percutem o ritmo "sagrado" chamado *ijèsà* (ijexá).

O samba, exemplo clássico, em suas primeiras letras na década de 30 tinha citações de elementos das religiões afro-brasileiras, mesma época que marca a constituição da indústria fonográfica e a instalação efetiva da rádio do Brasil, no Rio de

Janeiro. Embora na sua origem, o samba esteja intimamente ligado à música *bantu*, nestes mesmos anos 30 foi elaborado um estilo mais voltado para a sociedade abrangente, o samba urbano em oposição ao samba de morro.

O hip hop que surgiu nos guetos negros de Nova York e migrou para vários países, inicia em São Paulo seu movimento cultural atrelando nitidamente as questões da cultura urbana e os inúmeros problemas sociais sofridos pela maioria da população é outro exemplo da interface entre os povos tradicionais de matriz africana e a cultura negra.

No Brasil, o hip hop constituiu-se com elementos tipicamente nacionais. A improvisação das letras do MC e a maneira do DJ tocar as "bolachas" e do "breaker" dançar estão intimamente ligadas a estética dos povos tradicionais de matriz africana. A "pick-up" do DJ é a resignificação dos tambores sagrados – *run*, *runpí* e *lé*, onde de um lado há a percussão da base musical e do outro a improvisação.

Todos esses pequenos exemplos materiais, superficialmente acima descritos, nos mostram a influência da cultura negra dos povos tradicionais. Todos os símbolos levados para a rua possuem sentido e significado, não estão ali ao acaso ou simplesmente por sua beleza.

Na discussão devemos indicar a filiação, para que se seja possível contextualizar, descontextualizar e re-contextualizar a presença das tradições de matriz africana na cultura negra brasileira e para o que aparentemente seria repulsado passe a fazer parte de ligações e lembranças de nossos antepassados.

O tambor, repleto de significados, quando apreendidos, traz mais sentidos, não só o da festividade e alegria e possibilita vencer o preconceito de uma macumba perversa. Afinal, ele está arraigado no ethos brasileiro.

Fazer sentido é trazer à tona nossa filiação e para o ethos, referenciar sua memória é de certo modo remontar um passado que não é percebido, muito menos permitido em seu cotidiano. Está aí mais uma brecha para utilizar o conceito de povos tradicionais de matriz africana. Ele permite trazer os sentidos do passado pelos ruídos internos, pelos olhares, pelos sabores e sons da memória do corpo e significar o presente.

Desta maneira, o conceito de Povos Tradicionais de Matriz Africana é, sobremaneira, mais alargado do que apenas a relação com o sagrado afro-brasileiro, constituindo assim um importante instrumento para do diálogo com o Estado Brasileiro.

**SAÚDE E ALIMENTAÇÃO:
MAGIA POR SI SÓ NÃO ENCHE
BARRIGA**





Foto: Fernanda Procópio/2010.[Olubaje no Ilé Obá Kétu Àse Omi Nla - SP]

"Diferentes nações têm concepções diferentes das coisas". Em mundos diversos, existem diferentes educações (BRANDÃO, 1985, p. 8-9). Para viver democraticamente em uma sociedade plural, é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem (SOARES, 2005). E os povos tradicionais de matriz africana na diáspora ainda são vítimas de um processo histórico de massacres e humilhações.

A invasão portuguesa no continente africano, a instalação de novos modelos econômicos e, principalmente, a desterritorialização física e cultural, significaram para os povos africanos de África e da diáspora uma drástica alteração em sua economia de subsistência. O empobrecimento e a carência alimentar dessas populações foram resultados de tais eventos (BANDEIRA ET al., 2008).

O processo de resistência e resiliência, no Brasil, se deu de diferentes maneiras, de acordo com a época, mas medido, principalmente, pela negação ou aceitação da cultura dominante. O modelo econômico africano, reproduzido de forma autônoma nos Quilombos, tem seu cerne na riqueza e diversidade encontradas no respeito a todo ser vivo. Um respeito que leva a não exploração pelo lucro, o não uso da terra de forma a destruir da mesma e a criação de animais e de vegetais para sua subsistência. "Tem a cadeia alimentar, mato para alimentar o povo neste dia, amanhã é um dia que não nasceu. Ao nascer estarei fortalecido para buscar o alimento, pois ontem me alimentei" (NDANDALAKATA, 2013, comunicação oral).

A forma de resistência dos povos africanos na diáspora, sem terra e sem

direito a sua forma tradicional de alimentar, prejudica o processo de sustentabilidade, de tal forma que essas populações são obrigadas a reverter paradoxalmente a fartura e a diversidade alimentar numa dieta monótona e nutricionalmente pobre.

O QUE É ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DE MATRIZ AFRICANA?

É a alimentação constituída dentro de um processo ritualístico que inclui a produção, o beneficiamento, o preparo e o consumo dos alimentos (I Plenária permanente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA – Natal 2012).

O QUE É ALIMENTO TRADICIONAL DE MATRIZ AFRICANA?

Alimento tradicional é todo alimento que pode ser compartilhado com a divindade e a ancestralidade e que garanta a vida de todos os seres vivos (I Plenária permanente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA – Natal 2012).

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ter segurança alimentar é ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004). Portanto, para o alcance da soberania alimentar pelas populações indígenas e os povos tradicionais de matriz africana deve-se ir muito além da distribuição de alimentos.

Para avançar neste objetivo, é preciso reestruturar e criar políticas públicas que correspondam às necessidades de saúde, educação e, sobretudo, à garantia do território e das territorialidades dos povos tradicionais de matriz africana no Brasil. A expansão das cercas que hoje delimitam a reprodução cosmológica da mulher, do homem e da criança de matriz africana ao espaço do que denominamos terreiro, é o que possibilitará a ampla execução de práticas alimentares promotoras de saúde, sustentável e culturalmente adequadas.

Um importante desafio é fazer chegar à maioria das pessoas que aquilo que os ancestrais africanos trouxeram na sua memória como princípios civilizatórios, dentre eles o alimentar, é um direito seu inalienável, tal como o é a garantia do respeito ao conhecimento e valores para qualquer outro povo tradicional. "Podem tirar tudo de nós, os africanos, e nós também podemos ter tudo, como ser de qualquer religião, mas não podem tirar de nós os afrodescendentes, a nossa tradição" (NDANLAKATA, 2013,

comunicação oral).

Outro desafio é superar a barreira da pele e de outra forma respeitar esta barreira como divisor de águas na atual sociedade. Os valores dos povos africanos podem ser reproduzidos, e tem sido, tanto que encontramos cotidianamente naqueles que não se declaram afrodescendentes manifestações nitidamente desta tradição, por todas as pessoas, mas é de patrimônio dos que se autodeclaram negros.

Estas pessoas resistiram e tornaram-se resilientes para negarem sua origem e seus princípios. Foram as pessoas dentro de territórios, por muitas vezes considerados marginais, que os mantiveram oralmente e que possibilita, hoje, o reconhecimento dos povos tradicionais de matriz africana. Reconhecê-los como responsáveis pela manutenção e, portanto pela reprodução destes saberes em escolas, equipamentos de saúde ou assistência social é o passo a ser dado pelas instituições para vencer o racismo institucional.

A tradição é muito mais que religião. O alimentar tradicional como forma de resistência fica muitas vezes delimitado ao terreiro, mas é certo que está presente em muitos outros lugares, na cozinha regional como mineira, baiana e, inclusive, em restaurantes caros dos grandes centros urbanos. O reconhecimento da alimentação tradicional africana deve ser feito para não manter o roubo epistemológico e principalmente romper com os pré-conceitos que alimentam o racismo e o ódio entre as pessoas. Fazer com que os interlocutores apropriem-se dos referenciais teóricos aqui apresentados e de outras fontes para enriquecer o trabalho.



BIBLIOGRAFIA



OS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

- Elementos para a Definição e Conceituação Prof. Silas Nogueira (2012) a degravação das atividades e diálogos promovidos nesse sentido, inclusive do Seminário Territórios Das Matrizes Africanas No Brasil - Povos Tradicionais de Terreiro, Brasília - 14 e 15 de Dezembro de 2011.

COSTA E SILVA, Alberto.

- *Amanilha e a - a África de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

THORNTON, John.

- *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PARÉS, Luis Nicolau (org.),

- *Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730*. URL: <http://www.costadamina.ufba.br/>, acessado em 07/2011.

BERNARDO, Teresinha.

- Axé: rupturas e continuidades. São Paulo; revista Margem, 1997.

BRUMANA, Fernando G.

- In: "Reflexo Negros em Olhos Brancos: A academia na africanização dos candomblés". In: *Afro-Ásia*, n° 36, pp. 153-197, Salvador, 2007.

BALANDIER, Georges.

- Antropo-lógicas. Ed. Cultrix, São Paulo, 1976. p. 189

BORNHEIM, Gerd.

- O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd et al. *Cultura Brasileira: tradição/ contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Funarte, 1987.

BAUMAN, Zygmunt.

- *Modernidade Líquida*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BURKE, P.

- "Bricolagem de tradições". Folha de S.Paulo, Cad. Mais, 18/03/2001.

DOMINGUES, P.

- *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo*. São Paulo: Senac Nacional, 2004.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (orgs.).

- *A invenção das Tradições*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

MUNANGA, Kabengele.

- *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz:

- *O Terreiro e a Cidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

SODRÉ, Muniz:

- *A Verdade Seduzida*. Rio de Janeiro-RJ, DP&A, 2005.

SHILS, E.

- *Tradition*, Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

VERGER, Pierre.

- *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. 3. ed. São Paulo: Corrúpio, 1987.

ALENCASTRO, L.,

- *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*.
- *Companhia das Letras, São Paulo, 2000*.

OLIVEIRA, Paulo César Pereira.

- Povos Tradicionais de Matriz Africana. Texto apresentado no Seminário "Territórios das Matrizes Africanas no Brasil", Brasília, 14 e 15/12/2011.
- Degravação da reunião organizada pela SEPPPIR, nos dias 25 e 26 de julho de 2011, Rio de Janeiro, com as seguintes participações: Muniz Sodré, Valdina Pinto, Paulo César Pereira de Oliveira, Sérgio Ferretti, Silas Nogueira, Silvany Euclênio e Nilo Nogueira.

ABIMBOLA, Wande

- *Ijilnle Ohùn Enu Ifá - Apá Kíiní*. Oyo, Aim Press & Publishers, 1968.
- *Ijilnle Ohùn Enu Ifá - Apá Keji*. Ibadan, Oxford Uni Press, 1969.
- *Sixteen Great Poems of Ifá*. Lagos, Unesco, 1975a. 468 pp.
- *Yoruba Oral Tradition*. Wande Abimbola (org.) Selections from the papers presented at seminar on Yoruba oral tradition: poetry in music, dance and drama. Ile-Ife, Univ. of Ife, 1975b. 1093 pp.
- "Iwapèlè: The Concept of Good Character in Ifá Literary Corpus". In: Wande Abimbola (org.) *Yoruba Oral Tradition*, pp. 389-420, Ife, Univ. of Ife, 1975c.
- *Ifá, an exposition of Ifá Literary Corpus*. Ibadan, Oxford Uni Press, 1976. 256 pp.
- *Awon Ojú Odù Méréèrindínlogún*. Ibadan, Oxford Uni Press, 1977a. 260 pp.
- *The Study of Yoruba Literature*. Ilé-Ife, University of Ife Press, 1977b. 15 pp.
- "The Yoruba Concept of Human Personality". In: *La Notion de Personne en Afrique Noire*. Colloques Internationaux n° 544, 1971, pp. 73-89, Paris, CNRS, 1981.

ABRAHAN, R. C.

- *Dictionary of Modern Yoruba*. Londres, Hodder & Soughton, 1962 [1946]. 776 pp.

ADEMAKINWA, J. A.

- *Ife, Cradle of Yoruba*. Lagos, Ed. Ademakinwa, 1956.

AFOLAYAN, Adebisi (org.).

- *Yoruba Language and Literature*. Ile-Ife, Nigeria, University of Ife Press, 1982. 315pp.

ADEOYE, C.L.

- *Asà àtí Ise Yorùbá*. Ibadan. Oxford Univ. Press, 1979. 348 pp.

AJUWOM, Bade.

- *Funeral Dirges of Yoruba Hunters*. Lagos, NokPub.Int., 1982. 134 pp.

ASIWAJU, I. A.

- "The Alakétu of Kétu and The Onimeko of Meko". In: *West African Chiefs*, Michael Crowder & Obaro Ikime (org.), pp. 134-160, Ile-Ife, Nigeria, University of Ife Press, 1970.

AWOLALU, J. Omosade.

- *Yoruba Beliefs and Sacrificial Rites*. London, Logman Group, 1979. 203 pp.

BASCOM, William.

- *The sociological role of the Yoruba cult group*. American Anthropological. A., Memoir n° 63, 1944. 75 pp.
- "Yoruba Concepts of the Soul". In: *V International Congress of Anthropological*. A. F. C. Wallace (Org.), pp. 169-179. Philadelphia, Uni. of Philadelphia Press, 1960.
- *Ifa Divination*. Indiana, Indiana Univ. Press, 1969. 575 pp.
- *Sixteen Cowries*. Indiana, Indiana Univ. Press, 1980. 790 pp.

BASTIDE, Roger.

- "A Cadeira de Ogã e o Poste Central". In: *Estudos Afro-Brasileiros*, Coleção Estudos, V 18, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

BARBER, Karin.

- "How Man Makes God In West Africa: Yoruba Attitudes Towards The Orisa. In: *Africa* 51(3) pp. 724-745, 1981.

BARNES, Sandra T. (org.).

- *Africa's Ogun - Old World and New*. Indiana Uni. Press, 1997.

BARRETTI FILHO,

- Aulo. "*Orúnmilá*: um dos Deuses do Panteão Religioso Yorùbá". In: *Revista Ebano*, n.º 7/8 maio, p.17, São Paulo, 1981.
- "Egum, os espíritos ancestrais". In: *Revista Planeta*, n.º 162: 43-49, São Paulo, 1986.
- "*Orúnmilá* e a Trajetória do Oráculo: do *ikin* aos búzios, as perdas e o poder de preservação no Candomblé". - Comunicação apresentada no *V Congresso Afro-Brasileiro*, Salvador, 1997. 44 pp. (mimeo-inédito)
- *E g u n g u n*. URL: <http://aulobarretti.sites.uol.com.br>, 2003.
- *Ilê-Ifé - O Berço do Mundo*. URL:

<http://aulobarretti.sites.uol.com.br>, 2003.

- "Osóosi: O Orisá Provedor do Homem e dos Orisá". Conferência de abertura do VII *Alaiandê Xirê - Seminário e Festival Internacional do Ilê Axé Opô Afonjá*. Salvador, Bahia, 2004.
- "A Imortalidade Yorùbá nos Candomblés Kétu". Comunicação apresentada no *XXIII Moitará - Encontro da SBPA - Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*. Campos de Jordão, SP, 2009. 25 pp. (mimeo-inédito)
- "Dall'oralità alla scrittura - La Riafricanizzazione". In: *La Voce Degli Dei*, In: Bruno Barba (org.), pp. 118-135. Génova, Cisu, 2010a.
- *Dos Yorùbá ao Candomblé Kétu - Origens, Tradições e Continuidade*. Aulo Barretti Filho (org.), São Paulo, Edusp, 2010b. 302 pp.
- "*Osóosi* e *Èsù*, os *Òrisà Alákétu*". In: *Dos Yorùbá ao Candomblé Kétu*. Aulo Barretti Filho (Org.), pp. 75-139. São Paulo, Edusp, 2010c.
- "Oferenda ao *Orí, Borí*, um rito de comunhão". (*Revista Ebano*, Ano IV n° 21, pp. 4, São Paulo, 1984. Revisto e ampliado para edição online.) In: *04º Edição do Magazine On-Line Olórun*, URL: <http://www.olorun.com.br/>, 2011

EIER, Ulli.

- *Yoruba Poetry - An Anthology of Traditional Poems*. London, Cambridge University Press, 1970. 126pp.
- *The Return of the Goods - The sacred Art of Susanne Wenger*. London, Cambridge University Press, 1975. 120pp.
- *Yoruba Myths*. London, Cambridge University Press, 1980. 82pp.

BEIER, Ulli & BERNOLLES, Jacques.

- *Les Masques Guelèdè*. Etudes Dahoméennes, Nouvelle Série, 1966 Numéro Spécial. Porto Novo, Dahomey, Imprimerie du Gouvernement, 1966. 35pp.

BIOBAKU, S. O.

- *Sources of Yoruba History*. Oxford, 1958.

BOGUMBE, I. A.

- *Iwé Odú Ifá: Ogbè Òyèkú-Ogbè Ofún*. San Bernardino, Ilé Orúnmilá Communications. 1995. 134 pp.

BRAGA, Julio Santana.

- *Le Jeu de "Búzios" dans le Candomblé de Bahia*. Lubumbashi, Uni. Nac. du Zaire - Tese de Doutorado, (mimeo-inédito) 1977.

BRUMANA, Fernando G.

- "Reflexos negros em olhos brancos: A academia na africanização dos candomblés" In: *Revista Afro-Asia*, n° 36:153-197, 2007.

CABRERA, Lydia.

- *Anagó - Vocabulario Lucumi*. Havana, Colección del Chicherekú, Ediciones C. &

- R., 1957.
- *Yemayá y Ochún*. New York, Ediciones C. & R., 1980.
- *El Monti*. Miami, Ediciones C. & R., 1983.

CAPINAM, M. B. & RIBEIRO, O. A.

- "A Coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande", In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 21, Rio de Janeiro, 1986.

CARYBÉ & VERGER, Pierre.

- *Orixás*. Coleção Recôncavo n.º 10, Imprensa Vitória. Salvador, Bahia, 1955.

CASTRO, Yeda Pessoa de.

- "Antropologia e Linguística nos Estudos Afro-Brasileiros." In: *Afro-Asia*, n.º 12: 201-227, Salvador, CEAO, 1976.
- "Das Línguas Africanas ao Português Brasileiro." In: *Afro-Asia*, n.º 14: 81-106, Salvador, CEAO, 1983.

CLARKE, J. D.

- "Ifá Divination". In: *Journal of RAI*, Vol. 69, pp. 235-56, Londres, 1939.

CMS.

- *A Dictionary of the Yoruba language*. Ibadan, CMS, Oxford Universit Press, 1980 [1950-1913]. 460 pp.

COURLANDER, Harold.

- *Tales of Yoruba Gods & Heroes*. New York, Original Publications, 1973. 243pp.

COSTA LIMA, Vivaldo da.

- *A Família de Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia: Um Estudo de Relações de Relações Intra-Grupos*. Salvador, UFBA, Pós-Graduação (mimeo-), 1977. 210pp.
- "Ainda Sobre a Nação de Queto", In: *Faraimará: o caçador traz alegria*, Cléo Martins & Raul Lody (org.), pp. 67-80. Rio de Janeiro, Pallas, 1999.

CROWDER, Michael & IKIME, Obaro (org.).

- *West African Chiefs*, Selection of the paper present of International Seminar Ilé-Ife, University of Ife Press, 1970. 453 pp.

DARAMOLA, Olu. & JEJE, Adebayo.

- *Awoṣ Ἀṣà ati Orìṣà Ilẹ̀ Yorùba*. Ibadan, Onibon-Ojé Press, [1967] 1975. 300pp.

DOSSANTOS, Deoscóredes M.

- *História de um Terreiro Nagô*. Salvador, Carthago & Forte, 1994 [1962]. 174pp.
- ELBEIN DOS SANTOS, Juana. *Os Nagô e a Morte*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- "Pierre Verger e os resíduos coloniais: o outro fragmentado." In: *Revista Religião e Sociedade*, n.º 8, pp.11-20, São Paulo, 1982.

& DOSSANTOS, Deoscóredes M.

- "Ancestor Worship in Bahia: The Egun Cult". In: *J. Société des Americanistes*, Vol. 52, pp. 79-108, Paris. Musée de l'Homme, 1969.
- "Èsù Bara Láròyè, a comparative study"

Ibadan, Institute of African Studies, Univ. of Ibadan, (mimeo-inédito), 1975.

- "Èsù Bara, principle of individual life in the Nàgò System". In: *La Notion de Personne en Afrique Noire*. Colloques Internationaux n.º 544, 1971, pp. 45-60, Paris, CNRS, 1981.

ELUYEMI, Omotoso.

- *The Living Art & Crafts of Ile-Ife*. Ilé-Ife, Adesanmi Printing Works, 1978.
- *This is Ile-Ife*. Ilé-Ife, Adesanmi Printing Works, 1986. 62pp.

EPEGA, Afolabi.

- *Ifá - The ancient wisdom*. Londres, Imole Oluwa Inst. Publ., 1983. 100pp.
- *Obi - The Mystical Oracle of Ifá Divination*. Londres, Imole Oluwa Inst. Publ., 1985. 36pp.

NEIMARK, P. J.

- *The Sacred Ifá Oracle*. San Francisco, Harper San Francisco, 1995. 550 pp.

EPEGA, Daniel Olarimiwa.

- *Obi - Akim'oran*. Imole Oluwa Inst. Publ., Londres, 1986. 53pp.

EPEGA, David Onadele.

- *The Mistery of the Yoruba Gods*. Lagos, 1931.

FABUNMI, C. M. A.

- *Ife shrines*. Ilé-Ife, University of Ifé Press, 1969. 30pp.
- *A traditional history of Ile-Ife*. Ilé-Ife, King Press, 1976. 25pp.

FADIPE, N. A.

- *The Sociology of the Yoruba*. Ibadan, Ibadan Univ. Press, 1970. 353pp.

FAGG, William & PEMBERTON 3RD, John.

- *Yoruba - Sculpture of West Africa*. Bryce Holcombe (org.) New York, Alfred A. Knopf, Inc. 1982. 210 pp.

FÁLADÉ, Fásinà.

- *Ifá: the key to its understanding*. Lynwood, Ará Ifá Publishing, 1998. 750pp.

FÁLOKUN, A. F.

- *Èsù - Elegba*. New York, Original Publications, 1992a.
- *Awo: Ifá and the Theology of Orisha Divination*. New York, Original Publications, 1992b. 215 pp.
- *FAMA, Aina Adewale Somadhi. Fundamentals of the Yorùbà Religion (Orìṣà Worship)*. San Bernadino, Ilé Orúnmilà Comm., 1993. 244 pp.
- *Sixteen Mythological Stories of Ifá*. San Bernadino, Ilé Orúnmilà Comm., 1994. 158 pp.
- *Famà's Èdè Awo - Òrìṣà Yorùbà Dictionary*. San Bernadino, Ilé Orúnmilà Comm., 1999. 143 pp.

FASOGBON, M. O.

- *The ancient constitutional history of Ile-*

Ife Ooyelagbo. Ilé Ifé, Unity Comm. Printers, 1985. 46pp.

FOLAYAN, Kola.

- "Yoruba Oral History: some Problems and Prospects". In: Yoruba Oral Tradition. Wande Abimbola (org.), pp. 89-114, Ilé-Ifé, Uni. of Ifé, 1975.

GLEASON, Judith.

- A Recitation of Ifa, Oracle of the Yoruba. N.York, Grosman Publ., 1973.

GONÇALVES DA SILVA, Vagner.

- Orixás da Metrópole, Petrópolis, Editora Vozes, 1995.
- O antropólogo e sua magia. São Paulo, Edusp, 2000.

IDOWU, E.

- Bolají. Olódùmarè, God in Yoruba belief, Ibadan, Longman Group, 1977.

JOHNSON, James.

- "Yoruba Heathenism", In: At the Back of the Man's Mind, Dennet, R. E., Londres, Frank Cass & Co. Ltda, 1968[1921].

JOHNSON, Samuel.

- The History of the Yorubas, Londres, Routledge & Kegan Paul Ltda., 1973.

KUMUYI, Ebum-Oluwa.

- "What is really Esù?", Internet: www.awostudycenter.com, 2003.

LAWAL, Babatunde.

- "Orilones: the hermeneutics of the head and hairstyles among the Yoruba", In: Tribal Arts, Internet: www.tribalarts.com/feature/lawal/, 2002.

LEITE, Fabio R. R.,

- A Questão Ancestral, São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, (mimeo), 1982.

LEPINE, Claude.

- Contribuição ao estudo do sistema de classificação dos tipos psicológicos no Candomblé Ketu de Salvador. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado (mimeo), 1977.

LIJADU, E. M.

- Ifá: Imole Re ti Ise Ipile Isin ni Ile Yorùbá. Ado-Ekiti (1898), Omolayo S. Press of Nigeria, 1972.

LUCAS, J. Olumide.

- The Religion of the Yorubas. New York, Athelia H. Press, (1948) 2001.

MAUPOIL, Bernad.

- La Géomancie à l'ancienne Côte des Esclaves. Paris, MTIE, n.º 42, 1943. 700 pp.

MARINS, Luiz L.

- "Esù òta Orisà: um oríki polêmico". In: Jornal Tambor, ano 3, n.º 23, Guararema, SP, 2001.

- Ifá - História Sagrada dos Orixás - Pesquisa, versão e composição de mitos e textos sacros. Em andamento, inédito. 2002/2011.
- "Esù òta Orisà". In: Dos Yorùbá ao Candomblé Kêtu. Aulo Barretti Filho (org.), pp. 20-74. Edusp, São Paulo, SP. 2010.

HAZOU MÉ, Paul.

- Le Pacte de Sang au Dahomey. TMIE, n.º XXV, Paris, Inst. D'Ethnologie, 1916. 167pp.

HERSKOVITS, J. Melville & HERSKOVITS, F. S.

- An Outline of Dahomean Religious Belief. (MAAA, n.º 41, 1933) New York, Kraus Reprint Co., 1976. 77pp.

HUET, Michel.

- The Dance, Art and Ritual of Africa. New York, Pantheon Books, 1978. 241pp.

NEIMARK, Philip John.

- *The Way of the Orisa*. San Francisco, Harper San Francisco, 1993.

OBAYEMI, Ade.

- "History, Culture, Yoruba and Northern Factors". In: *Studies in Yoruba History and Culture*. G. O. Olusanya (org.), Cap. 5: 72:87, Ibadan, Uni. Press Limited, 1983.

ODUYOYE, Modupe.

- *Yoruba Names - Their Structure and their Meanings*. Ibadan, Karnak House, 1987 [1972]. 108pp.

ÒGÚNBÒWÁLÉ, P. O.

- *Asá Tbilè Yoruba*. Ibadan, Oxford University Press, 1979 [1966]. 88pp.
- *Awon Irúnmalé Ilé Yorubá*. Ibadan, Evans Brothers Limited, 1980 [1962]. 80pp.
- *The Essentials of the Yoruba Language*. London, Hodder and Stoughton, 1970. 206pp.

OKEMYIWA, Gbolaha.

- "Irúnmolè and their relationship with Man." In: *Orunmila Magazine*, n.º 2, Lagos, 1986.

OLÁJUBÙ, Oludáre.

- *Akojopo Iwi Egungun*. Ibadan, Longman Nigeria Ltd, 1972. 142 pp.
- "Composition and Performance Techniques of Iwi Egúngún". In: Wande Abimbola (org.) *Yoruba Oral Tradition*, pp. 877-933. Ife, Univ. of Ife, 1975.
- *Iwé Asá Ibilè Yorubá*. Ibadan, Longman Nigeria Ltd, 1981 [1978]. 201pp.

OLINTO, Antonio.

- *A Casa da Agua*. Rio de Janeiro, Editora Bloch, 1969. 451 pp.
- *O Rei de Keto*. Rio de Janeiro, Editora Nórdica, 1980. 295 pp.

PARÉS, Luis Nicolau (org.).

- Práticas religiosas na Costa da Mina. Uma

sistematização das fontes europeias pré-coloniais, 1600-1730.

- URL: <http://www.costadamina.ufba.br/>, acessado em 06/2011.

PARRINDER, E. Geoffrey.

- *The Story of Ketu, an ancient Yoruba kingdom*. Ibadan, Ibadan Univ. Press, 1956, 106 pp.

PESSOA DE BARROS, José Flávio.

- *Ewé Osányin: Sistema de Classificação de Vegetais nas Casas de Santo Jêje-Nagô de Salvador, Bahia*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFFCH da Usp, 1983. (mimeo) 200 pp.
- *A Fogueira de Xangô, o Orixá do Fogo*. Rio de Janeiro, Intercon, UERJ, 1997.

VOGUEL, Arno & SILVA MELLO, M. A.

- *A Galinha D'Angola*. Rio de Janeiro, Pallas, 1998[1993].

PRANDI, Reginaldo.

- *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1991.
- *Herdeiras do Axé*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

& GONÇALVES DA SILVA, Wagner.

- "Reafirmação do Candomblé em São Paulo". In: *XI Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo, 1987 (mimeo-inédito).
- "Axé São Paulo". In: *Meu sinal está no teu corpo*. Carlos Eugênio Marcondes Moura (Org.), São Paulo, Edicon/Edusp, 1989a.
- "Deuses tribais de São Paulo". In: *Ciência Hoje*, CBPC, Rio de Janeiro, 10(57): 34-44, 1989b.

REGO, Waldeloir.

- "Mitos e Ritos Africanos da Bahia". In: *Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia*, Salvador, Raizes, 1980.

RYDER, Alan.

- *Benin and Europeans*. Ibadan, Longman Group, 1977.

SÁLÂMÌ, Síkirù.

- *Poemas de Ifá e valores de conduta social entre os Yorubá da Nigéria*. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1999.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo.

- *Meu Tempo é Agora*. Salvador, Centrhu, 1995 [1993]. 124pp.

SIMPSON, George E.

- *Yoruba Religion & Medicine in Ibadan*. Ibadan, Oxford Uni Press, 1980.

TAVARES, Ildásio.

- "Oriki Oyè Orukó". In: *Faraimará: o caçador traz alegria*, Cléo Martins & Raul Lody (org.), pp. 209-229. Rio de Janeiro, Pallas, 1999.

VERGER, Pierre.

- "L'influence du Brésil au Golfe de Bénin". In: *Les Afro-Américains*, Mémoires do

IFAN, nº27, pp. 11-110, 1953.

- *Dieux D'Afrique*. Paris, Paul Hartmann Editeur, 1954.
- *Flux et Reflux*. Paris, Mouton, 1968.
- "Grandeur et décadence du cult de Iyàmi Osòròngà". In: *Journal de la Société des Africanistes*, Vol. 35(1):141-243, 1965.
- "Notion de Personne et Lignée Familiale chez les Yoruba". In: *La Notion de Personne en Afrique Noire*. Colloques Internationaux nº 544, 1971, pp. 61-71, Paris, CNRS, 1981.
- "A Sociedade Egbé Òrun dos Àbikú". In: *Afro-Asia*, n.º 14:138-160, Salvador, CEA0, 1983.
- "O Deus Supremo Ioruba, uma revisão das fontes". In: *Afro-Asia*, n.º 15:18-35, Salvador, CEA0, 1992.
- *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns*. São Paulo, EDUSP, 1998[1957].

& BASTIDE, Roger.

- "Contribuição ao estudo da Adivinhação no Salvador (Bahia)". In: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Vol. VII: 357-380, 1953.

VERGER, Pierre Fatumbí.

- *Awon Ewé Osanyin*. Ile-Ifé, Inst. of African Studies - Uni. of Ife, 1967. 70pp.
- *Orixás, deuses iorubas na África e no Novo Mundo*. Salvador, Ed. Corrupio / Circulo do Livro, 1981.
- *Lendas dos Orixás*. Ilustrações de Enéas Guerra Sampaio. Salvador, Editora Corrupio, 1982. [Edição exclusiva e inédita].
- *50 anos de Fotografia*. Salvador, Ed. Corrupio, 1982.
- *Lendas africanas dos Orixás*, Salvador. Editora Corrupio, 1985.
- "Etnografia Religiosa Iorubá e Proibidade Científica." In: *Revista Religião e Sociedade*, nº8, pp. 3-10, São Paulo, 1982.
- *Ewé - O uso das plantas na sociedade Ioruba*. Salvador, Comp. das Letras, 1995.

WILLIETT, Frank & EYO, Ekpo.

- *Treasures of Ancient Nigeria*. New York, Borzoi Book / Alfred. A. Knopf Inc., 1980. 162 pp.

ZIEGLER, Jean.

- *Os Vivos e a Morte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

Atividades de diálogo com a sociedade civil para construção e validação do conceito de matriz africana, coordenadas pela SEPP/PR

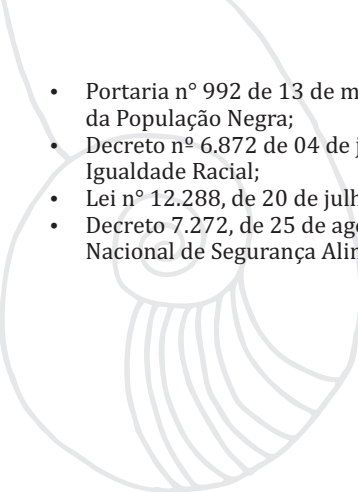
- Seminário "Territórios das matrizes africanas no Brasil - Povos Tradicionais" (2011)
- Oficina de Trabalho: "Pontos de Leitura – Ancestralidade Africana no Brasil" (2012)
- Oficina de Trabalho "Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" (2012)
- Diálogos "Governo – Sociedade Civil No Mês da Consciência Negra" (2012)
- Reunião de trabalho com Lideranças Tradicionais de Matriz Africana (2012)
- Oficina de Trabalho: "Formação em elaboração e execução de Projetos no Portal dos Convênios do Governo Federal – Siconv" (2013)
- Lançamento do "I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" (2013)
- Oficina de Trabalho: "Formação em elaboração e execução de Projetos no Portal dos Convênios do Governo Federal – Siconv" (2013)
- Plenária preparatória dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana para A III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial" (2013)
- III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial" (2013)
- Seminário: "Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana" (2014)
- Oficina de Trabalho com Lideranças Tradicionais de Matriz Africana do Rio de Janeiro" (2014)

Instrumentos de gestão do Governo Federal

- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)
- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)
- Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)
- Plano Plurianual (PPA) (2012-2015)
- I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2012-2015)
- Plano Nacional de Cultura (2012)
- III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) (2010)
- I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015)
- Diretrizes Curriculares para Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (2004);

Marcos Legais

- Constituição Federal de 1988 – artigos 3º, 4º, 5º; 215 e 216;
- Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997 sobre a injúria racial;
- Lei nº 10.639 de 9 de janeiro 2003, de que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- Lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003, que cria a SEPP/PR;
- Decreto Nº 4.886 de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Decreto nº 6.177 de 01 de agosto de 2007, que promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO;

- 
- Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
 - Decreto nº 6.872 de 04 de junho 2009, que institui o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
 - Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da igualdade Racial;
 - Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º e 9º andares

CEP: 70.054-906 – Brasília-DF

+55 61 2025-7000 / 7008

seppir.secomt@seppir.gov.br

www.seppir.gov.br

www.facebook.com/igualdaderacial.br